



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Experiências Profissionais [AT]

Sociólogos em contexto não académico: cultura profissional, participação associativa, activismo e responsabilidades sociais

MAIA, Inês

Estudante de licenciatura em Sociologia

ISCTE – IUL

Ines_Maia@iscte.pt

Resumo

A seguinte comunicação apresenta as conclusões de um trabalho de pesquisa em torno do exercício da sociologia em contexto não académico, tendo três objectivos principais: em primeiro lugar, reflectir sobre a identidade e cultura profissional, centrando-se nas representações que sociólogos não académicos possuem da sua profissão e do que é ser sociólogo, bem como nos princípios deontológicos e éticos que mobilizam na sua prática profissional; em segundo lugar, entender que relação estabelecem entre o seu percurso académico e a sua profissão, no sentido de apreender que conhecimentos teóricos e práticos entendem aplicar; por último, perceber o tipo de participação associativa (profissional e científica, e outras), a participação política de forma ampla e as responsabilidades sociais que assumem nas mais diversas esferas, destacando-se neste último ponto a tentativa de descortinar de que forma os instrumentos críticos mobilizados pela sociologia, se reflectem na forma de estar quotidiana destes sociólogos.

Abstract

The following paper presents the conclusions of a research on the practice of sociology in a non-academic setting with three main objectives: first, to reflect on identity and professional culture, focusing on the representations that non-academic sociologists have of their profession and what it means to be a sociologist, as well as which deontological and ethical principles they mobilize in their professional practice; second, to understand the relation they establish between their academic path and their profession, in order to perceive which theoretical and practical knowledge they apply; finally, to understand their associative practices (professional and scientific, and others), their political participation and the social responsibilities they assume in different spheres. In regard to the last one, it should be highlighted the attempt to find out how the critical instruments mobilized by sociology are reflected in the everyday life of these sociologists.

Palavras-chave: identidade; cultura profissional; associativismo; responsabilidades sociais

Keywords: identity; professional culture; associative participation; social responsibilities

1.Introdução

É comumente aceite que a sociologia em Portugal tem sofrido desde o 25 de Abril um processo de claro crescimento e consolidação. É indiscutível perante as evidências, mesmo que com falhas por colmatar, a abertura desta disciplina a um maior número de estudantes, a sua afirmação enquanto ciência dentro da academia e fora desta e o crescimento das possibilidades de inserção profissional de sociólogos num maior número de contextos. Possui-se hoje um importante leque de dados, pesquisas e reflexões sobre a realidade social portuguesa, que tem permitido o acumular de um conhecimento profundo das transformações sociais ocorridas ao longo do tempo. Este crescimento da sociologia tem potenciado inúmeros debates centrados em aspectos como a relação entre a formação, a ciência e a profissão, a institucionalização da sociologia e o papel do associativismo, a cultura e identidade profissional dos sociólogos, os princípios éticos e deontológicos que lhes estão subjacentes e as suas responsabilidades sociais. Quando nos prendemos com o estudo da realidade de sociólogos cujo contexto profissional não é nem nunca foi a academia, as questões podem seguir outros caminhos. Que auto-representações possuem em torno da sua profissão: vêm-se ou não como sendo sociólogos?, entendem ou não o seu trabalho como uma prática sociológica?, como se definem profissionalmente?, que papel continua a sociologia a ter no exercício do seu trabalho diário?

Inerente a todos os tópicos de reflexão acima mencionados encontra-se uma questão central: a especificidade da formação de base em sociologia transporta instrumentos de análise da realidade social que potenciam um olhar novo, acutilante e mais crítico sobre esta.

“Não se trata de fugir aos desafios concretos que, no exercício da profissão, se colocam aos sociólogos: eles não podem deixar de estar preparados para pensar os problemas que os cidadãos, os meios de comunicação ou as instâncias oficiais e oficiosas designam como problemas sociais. Mas o que também não devem ignorar é que, pela formação específica que adquiriram, e que os leva a modos peculiares de interpretar e observar os comportamentos em sociedade, está igualmente ao seu alcance formular um conjunto de problemas que, noutros entendimentos, ou não existem ou são recalcados” (Pinto, 2004, p. 24).

Pelo facto de ser uma realidade mais explorada, percebe-se mais facilmente como a análise e reflexão sociológicas se traduzem no trabalho diário de quem exerce dentro da academia, sendo o trabalho de investigação o exemplo mais óbvio. Torna-se então pertinente pensar como se espelham no exercício diário do sociólogo que trabalha em contexto não académico. Isto é, como é que alguém formado em sociologia continua a exercê-la, em contextos profissionais onde até há poucos anos não se reflectia sobre a pertinência de contar com o contributo de alguém formado nesta área?; e, recuperando as questões colocadas acima: ver-se-ão esses indivíduos como sociólogos ou distanciam-se desse perfil?; de que formas as capacidades e competências apreendidas na sociologia se revestem em contextos onde não trabalham com outros indivíduos da mesma área?; de que forma a análise e consciência críticas associadas a esta ciência se espelham nas suas formas de estar quotidianas?; assumirão, devido à sua formação, responsabilidades sociais acrescidas no desempenhar dos seus papéis? Pretende-se estudar estas questões em sociólogos que trabalham fora das universidades por terem papéis profissionais menos conhecidos do que os sociólogos professores universitários ou investigadores. Trata-se portanto de limitar o objecto de estudo, não se pretendendo com isto assumir que os sociólogos do meio académico são um grupo homogéneo na resposta às questões que este trabalho pretende explorar.

Assim estabelecem-se como objectivos principais deste trabalho, em primeiro lugar, perceber questões do foro da identidade e cultura profissional, pensando sobre as representações que estes sociólogos têm da sua profissão e do que é um sociólogo, bem como quais os princípios deontológicos e éticos que mobilizam; em segundo lugar, entender que relação estabelecem entre o seu percurso académico e a profissão que exercem (conhecimentos teóricos e práticos que aplicam); por último, compreender o tipo de participação associativa (profissional e científica, e outras), a participação política num sentido amplo e as responsabilidades sociais que assumem nas diferentes áreas de acção das suas vidas. Assim, contaremos com uma reflexão teórica sobre estas questões, recorrendo sempre que possível à experiência e opiniões dos sociólogos entrevistados.

Foram entrevistados cinco sociólogosⁱ, com idades compreendidas entre os 26 e os 52 anos, todos com formação de base em sociologia e com formações posteriores noutras áreas. Quatro dos sociólogos trabalham

em autarquias, duas inseridas de facto nestas, Maria num Departamento de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Económico e Rosa numa Divisão de Acção Sociocultural, e dois enquadrados em organismos associados a estas, Afonso numa Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e Joana num Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII). Sara trabalha numa IPSS com famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI). É possível encontrar nestes perfis profissionais uma relação intrínseca com a afirmação histórica da sociologia enquanto profissão em Portugal, uma vez que quatro dos sociólogos entrevistados, embora em diferentes áreas, exercem em contexto autárquico, meio onde de há vários anos a esta parte se encontram inúmeros sociólogos inseridos, naquele que tem sido um dos meios onde de forma mais dinâmica se tem desenvolvido o processo de profissionalização desta ciência (Costa, 2004).

2. Cultura e Identidade Profissional

A cultura profissional dos sociólogos tem-se deparado com obstáculos na sua própria definição, uma vez que converge nesta um elevado conjunto de representações, normas e valores de que os sociólogos (e profissionais de outras disciplinas) são portadores, o que tem produzido consequências ao nível, por exemplo, da capacidade de inserção dos sociólogos no mercado de trabalho, da definição dos seus papéis e das suas competências profissionais, da forma de ensinar sociologia e da própria imagem pública desta ciência.

Uma das questões centrais que se encontra directamente associada à cultura e identidade profissional diz respeito às auto-representações da profissão. Quando questionados se se consideram sociólogos, três dos entrevistados afirmam prontamente que sim. No entanto, mais reticente, Maria afirma: *Sempre me chamei socióloga. Mas no sentido teórico não. No sentido do investigador não.* Rosa segue uma linha de resposta idêntica, afirmando que se vê como *socióloga não praticante.*

É possível reflectir em torno desta questão partindo de uma célebre proposição da Sociologia, o Teorema de William Thomas: «se as pessoas definem as situações como reais, estas tornam-se reais nas suas consequências» (Costa, 1988, p.107). Embora Maria e Rosa, quando questionadas no seu quotidiano, se definam como sociólogas, de facto não consideram sê-lo; uma define-se como não praticante e a outra associa de imediato essa definição àquele que trabalha na academia. Tais crenças acarretam necessariamente consequências, quer no plano concreto de cada contexto profissional, no sentido do condicionamento da afirmação como sociólogo e da não valorização das competências associadas a este, quer de forma mais abrangente, permitindo corroborar concepções difundidas socialmente em torno das representações sobre o que é um sociólogo e qual é o seu contexto profissional tipo. Contribui-se assim, ainda que de forma não propositada, para a prevalência de preconceitos que só prejudicam a afirmação do sociólogo como profissional capaz numa multiplicidade de áreas. Não se pretende com isto, como se encontra em várias linhas de discurso sobre a adaptabilidade dos sociólogos, afirmá-los de forma exacerbada, como possuidores de instrumentos e capacidades quase sobre-humanas que os capacitam para trabalhar em todos os contextos sem excepção, mas sim defender a ideia de que, pela sua formação específica, o sociólogo tem condições de exercer sociologia em distintos contextos profissionais com condições para dar contributos próprios. Torna-se por isto necessário perceber que, em parte, se continuará a olhar para a sociologia como uma ciência essencialmente restrita ao meio académico, se não se trabalhar no sentido de uma abertura intelectual também dos próprios sociólogos para combater essas ideias pré-concebidas.

Retomemos o exemplo específico destas duas sociólogas entrevistadas. Se são as próprias, que mesmo inseridas em contexto autárquico, atribuem o estatuto de sociólogo apenas aos que se encontram na academia, por realizarem trabalho de investigação e ser esse o elemento que define a atribuição desse estatuto, como pode então expandir-se e consolidar-se a cultura da associação entre ciência e profissão (Costa, 1988) como modelo prevalecente da cultura profissional dos sociólogos? É certo que nesta análise tem obviamente de ser tido em conta o peso que historicamente tem tido em Portugal o corte claro entre o sociólogo do contexto universitário e o 'outro', não sendo estas representações que têm Maria e Rosa mais do que um espelho claro desta dicotomia, que pressupõe, por um lado, o sociólogo que é professor universitário e investigador, e por outro o indivíduo que se formou em sociologia e que se inseriu num

contexto profissional que não a academia. O ônus da questão coloca-se na própria academia: é o facto de se estar nesta ou não que define se se é ou não sociólogo. A utilização por Rosa da denominação *socióloga não praticante*, pressupõe que para passar a sê-lo esta ter-se-ia de inserir no universo da investigação científica, que, como já pudemos entender, tende “(...) a permanecer, se não como actividade de muitos, pelo menos como referência forte de quase todos.” (Costa, 2004, p.51). É ainda certo que estas representações não existem apenas no seio de profissionais como as entrevistadas, sendo muitas vezes corroboradas por elementos da academia, que se auto-intitulam de sociólogos no sentido clássico do termo, como exercendo numa “espécie de “estado de graça epistemológico”, só ele permitindo “fazer verdadeiramente sociologia”.” (Costa, 2004, p.53).

É contudo interessante analisar, não havendo muito espaço para aprofundar a questão, que quando questionadas sobre o que entendem então ser um sociólogo, nem Maria nem Rosa descrevem apenas características do sociólogo académico, indo Maria até mais longe, elencando características, provavelmente sem se aperceber, que anteriormente já tinha associado à sua prática profissional na autarquia.

Pensemos também, neste plano da cultura e identidade profissional, sobre os princípios éticos que consideram fundamentais nas suas condutas profissionais, e no Código Deontológico. Os sociólogos entrevistados convergem de forma geral nos princípios éticos que afirmam mobilizar, a saber, a preocupação com as instituições onde trabalham, a transparência ou a equidade no tratamento dos outros, a tolerância pela diversidade, o combate aos estereótipos, o distanciamento face a valores e opiniões pessoais. Em relação ao Código Deontológico, cuja elaboração tem sido uma prioridade em várias associações de natureza científica, e sabendo que este é apenas elaborado pela APS em 1992, é evidente que a socióloga que se forma antes deste ano não teve contacto com este durante a licenciatura, contudo, de entre os quatro restantes, apenas dois afirmam tê-lo estudado de forma enquadrada no curso e apenas uma afirma já ter sentido, ainda que de forma indirecta, necessidade de recorrer a este durante o exercício profissional.

Podemos então concluir até aqui, que persiste uma clara inibição por parte de alguns sociólogos na sua afirmação como tal, a quase inexistente associação entre os princípios éticos mobilizados e uma cultura própria da sociologia e o desconhecimento ou corte quase total com o Código Deontológico, permitindo com isto lançar para a discussão alguns dos passos que ainda têm de ser dados para a consolidação de uma cultura e identidade profissionais nas quais sociólogos não académicos também se revejam.

3. Formação académica e exercício profissional

Apesar de todos os sociólogos terem feito formações posteriores à licenciatura em disciplinas mais específicas, afirmam que a sociologia, não só continua presente, como permitiu adquirir conhecimentos que cada um parece moldar à luz dos seus contextos específicos e fazer uso deles das formas mais diversificadas. Quer do ponto de vista dos métodos e técnicas de investigação, quer do ponto de vista mais teórico. Mencionam uma abordagem própria aos problemas e um posicionamento diferente em relação a estes, referem *um treino do olhar* e a tentativa de descortinar justificações escondidas.

Ainda não mencionado, mas que adquire relevância uma vez entendida a prevalência da sociologia, é o facto de todos estes sociólogos se inserirem em contextos de trabalho com profissionais formados em áreas distintas. Assim sendo é importante perceber o que pensam serem capazes de mobilizar de mais proveitoso para estas equipas. Rosa afirma a *desconfiança constante em relação àquilo que outros acham óbvio*; Maria defende a capacidade de *fazer uma leitura mais transversal das coisas e de perceber a importância dos processos*; Sara menciona a *perspectiva e reflexão sobre as desigualdades sociais*; Afonso defende o *à vontade para entender os contextos de forma ampla, tentando chegar ao fundo dos problemas*.

A sociologia não se cinge então a um conjunto de aprendizagens longínquas, que não encontram espelho no plano do exercício profissional. Estes sociólogos não só facilmente descortinam na sua prática profissional o que é trazido da sociologia, como realçam o que esse olhar transporta de mais singular para as suas equipas de trabalho, o que é aliás interessante de perceber dada a anteriormente reflectida dificuldade que têm de se reverem e integrarem numa cultura profissional comum.

No entanto, embora afirme sentir-se bem enquadrada no seu meio, Maria introduz uma ideia muito pertinente no quadro desta reflexão: a de isolamento profissional. É a própria quem afirma ter sentido e continuar a sentir hoje *um certo isolamento profissional por ser a única socióloga e por ter deixado de ter contacto com outros colegas de sociologia*.

Parece claro que se coloca como desafio o combate a este sentimento de isolamento. Se desejamos que o leque de possibilidades de inserção profissional continue a crescer e a consolidar-se para além da academia, revela-se fundamental, antes de mais, perceber como se encontram enquadrados os sociólogos que neste momento já exercem fora desta, pois será este o melhor meio de conhecer que dificuldades ainda persistem. Não pretendendo com isto desvalorizar o processo de reconfiguração que Maria aborda, pelo contrário entendendo-o como necessário à integração no trabalho com profissionais de outras áreas, não deixa de ser importante questionarmo-nos sobre o facto de Maria o ter sentido como uma necessidade pela inexistência de outros sociólogos a trabalhar consigo. Importa ainda pensar que peso terá este sentimento de isolamento na construção de ideias aqui exploradas: a inibição de se afirmar como socióloga, tendo como subentendida a prevalência da cultura da dissociação entre ciência e profissão; o não enquadramento numa identidade comum; ou a dificuldade de se rever no campo do associativismo profissional e científico próprio da sociologia em Portugal, como exploraremos a seguir.

4. Associativismo, activismo e responsabilidades sociais no mundo de hoje

Reflectir sobre a sociologia implica discutir caminhos que esta, enquanto área de formação, ciência e profissão, ainda tem de percorrer e, mais importante, em que moldes os fará. Contudo, neste processo, a discussão do papel da sociologia no presente assume nova urgência, sobretudo quando nos colocamos perante a análise da realidade onde a pretendemos desenvolver: um contexto social, político e económico espaço de profundas desigualdades, de ataque aos mais básicos direitos e liberdades individuais e colectivos, de desinvestimento em áreas estruturantes como a educação e a ciência, enquadradas na tentativa de aniquilação do Estado Social.

“Pede-se aos intelectuais, nesta tarefa destinada a reactivar o grão de inconformismo que faz parte do trabalho cultural, que revejam automatismos e operadores ideológicos que os induzem, tantas vezes, a confundir distância objectivante com desprendimento ético (...)” (Pinto, 2004, p.27).

Defende-se assim que os sociólogos no exercício da sua prática profissional, independentemente dos papéis profissionais que desempenhem, têm responsabilidades para com a sociedade, antes de mais, pela especificidade de saberes e capacidades que possuem, e também pelas repercussões directas que o trabalho sociológico pode ter na vida das pessoas (Costa, 1993). Importa contudo esclarecer que a defesa desta tese não pressupõe colocar sobre os ombros dos sociólogos ou sequer só dos cientistas sociais, a tarefa de reflectir a situação actual e de delinear alternativas para um mundo mais justo, nem se pretende defender a ideia de que estes indivíduos só têm responsabilidades sociais pelo facto de serem sociólogos, importando aqui sim discutir o papel da sociologia na reflexão destes sociólogos sobre a necessidade de intervirem e no seu potencial como ciência transformadora.

É interessante notar que duas das sociólogas entrevistadas começam por se inibir em afirmar que a sua formação nesta área tem peso na definição de responsabilidades, contudo acabam por admiti-lo. Pelo contrário, os outros três entrevistados estabelecem prontamente uma relação entre a sua formação e as responsabilidades sociais que assumem.

Torna-se então pertinente perceber de que forma a análise e consciência críticas intrínsecas à sociologia e as responsabilidades sociais que lhe são sequentes se espelham na forma de estar quotidiana dos sociólogos entrevistados. Não havendo muito espaço para expôr meticulosamente esta questão, apresentemo-la de modo sucinto. Quatro dos sociólogos entrevistados afirmam participar de forma activa politicamente: militando em partidos políticos, participando em manifestações e greves; através do voto; nas redes sociais. No que diz respeito à pertença associativa, Maria é membro de uma Associação de Pais e Afonso participa em cerca de uma dezena de associações de âmbito cultural, sendo também mencionada por alguns a participação em Associações de Estudantes no período da faculdade. No que se refere ao associativismo profissional e científico, três dos sociólogos entrevistados são membros da APS, sendo que Sara, que ainda não é, pensa

inscrever-se. Podemos assim perceber que estes sociólogos entendem que a consciência crítica potenciada pela sociologia tem reflexo de forma transversal nos seus diversos campos de acção, entendendo-se como actores de mudança no plano do exercício profissional ou no plano mais pessoal. Sendo contudo de notar que Sara, a mais nova das sociólogas entrevistadas (26 anos), apresenta-se como a que possui menor participação a todos os níveis, acreditando que a análise crítica inerente à sociologia se espelha apenas no plano do seu exercício profissional.

Maria, uma das sociólogas membro da APS, é a única que claramente afirma não ter actividade enquadrada nesta. Esta questão da inexistência de participação na APS e da dificuldade que apresenta em justificar por que razão é sócia pode contribuir para o aprofundar do acima mencionado isolamento profissional. Maria critica a Associação por não criar espaços de reflexão onde possa discutir com outros colegas sociólogos que trabalhem na mesma área e em contexto autárquico sobre o que são as suas práticas profissionais e lamenta a inexistência de espaços de reflexão sobre ética profissional, de que diz sentir falta.

Para uma adequada discussão em torno da pertença associativa profissional seria necessário um outro tipo de aprofundamento que aqui não temos espaço para levar a cabo, importando ainda assim reflectir sobre aquelas que são as exigências colocadas à APS também neste campo. O mencionado isolamento profissional de Maria ou o já descortinado em todos estes sociólogos fraco reconhecimento de uma identidade comum também pode justificar a falta de proximidade com o trabalho desenvolvido pela APS ou por outro lado pode ser este último a contribuir para o consolidar dos anteriores. Importa por isto reflectir se o tipo de trabalho desenvolvido pela Associação não terá vindo a permitir a perpetuação da cultura da dissociação entre ciência e profissão, não conseguindo enquadrar de forma activa quem se encontra em determinados contextos profissionais. Exige-se hoje desta, não só o debate científico e a difusão do conhecimento acumulado, mas também a defesa da profissão e dos interesses profissionais independentemente do contexto do exercício; exige-se que crie espaços onde a discussão e reflexão sejam alargadas, naquele que pode ser um passo fulcral para minorar as dificuldades de afirmação destes sociólogos e para combater o desconhecimento que ainda persiste em relação às valências que estes transportam.

Esta capacidade de união dos sociólogos das mais diversas áreas, inseridos nos mais variados contextos profissionais, revela-se também indispensável para o combate que hoje se coloca diante de nós. Sabemos que as prioridades se encontram pervertidas à luz da lógica dominante; urge por isso a necessidade de repensar a relação entre os Estados, a economia, a política, os direitos e deveres dos cidadãos; urge o fomento de um olhar mais crítico sobre as relações de poder e dominação que trespassam as estruturas sociais. Precisamos para isto de cidadãos mais conscientes e participativos e é neste processo que os sociólogos e a sua intervenção podem ter um papel central, uma vez que, nas palavras de Bourdieu, “estas intervenções (...) serão capazes ainda de continuar a fornecer armas úteis a todos os que se esforçam por resistir ao flagelo neo-liberal” (Bourdieu em Casa-Nova, 2012, p.15), já que “aqueles que têm a possibilidade de consagrar a sua vida ao estudo do mundo social não podem permanecer indiferentes, afastados das lutas cuja parada é o futuro deste mundo” (Bourdieu, 2001, p.vii). A intervenção quotidiana, agindo individual e colectivamente, tem intrínseca a si a aplicação do que de mais valioso a sociologia nos ensina: pensar, olhar a realidade social de forma atenta e crítica, desconfiar de justificações lineares, desmontar aquilo que parece irreduzível, questionar o que apresentam como inquestionável. As formas de responsabilização e intervenção social permanecem por explorar e concretizar na sua plenitude, cabendo-nos descortinar os caminhos que a sociologia e os sociólogos (independentemente dos seus contextos profissionais) podem fazer para contribuir para este processo, que é também de concretização do potencial desta ciência como instrumento de transformação do real.

Referências bibliográficas

Bourdieu, P. (2001). *Contrafogos 2*. Oeiras: Celta Editora.

Casa-Nova, M. J.; Benavente, A.; Diogo, F.; Estêvão, C.; Lopes, J. T. (org.) (2012). *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual*. V.N. Famalicão: Edições Húmus.

Código Deontológico (1992). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Costa, A. F. (1988). Cultura profissional dos sociólogos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, 107-124.

Costa, A. F. (1993). Prática sociológica e deontologia profissional dos sociólogos. In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento: Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, 171-178.

Costa, A. F. (2004). Será a sociologia profissionalizável?. In C. M. Gonçalves, E. Rodrigues, N. Azevedo (org.), *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação* (35-58). Porto: Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Pinto, J. M. (2004). Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 11-31.

ⁱ Os nomes dos sociólogos entrevistados são fictícios.